

SUMÁRIO



Prefeitura de Francisco Morato - SP

Auxiliar de Secretaria de Escola

LÍNGUA PORTUGUESA

| | |
|--|----|
| Compreensão de textos | 1 |
| Ortografia..... | 2 |
| Plural de substantivos e adjetivos | 4 |
| Concordância nominal e verbal | 6 |
| Confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas..... | 8 |
| Pontuação | 10 |
| Separação silábica e sua classificação | 14 |
| Acentuação..... | 15 |
| Emprego das classes de palavras (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações): substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção; Conjugaçāo de verbos | 17 |
| Questões | 29 |
| Gabarito | 40 |

MATEMÁTICA

| | |
|---|----|
| Operações com números naturais e fracionários: adição, subtração, multiplicação e divisão | 1 |
| Problemas envolvendo as quatro operações | 9 |
| Sistema de medidas | 11 |
| Sistema monetário brasileiro | 14 |
| Questões | 18 |
| Gabarito | 26 |

SUMÁRIO

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

| | |
|---|-----|
| Noções de censo escolar | 1 |
| Escritação escolar | 8 |
| Classificação dos registros individuais: declaração de escolaridade, ficha individual do aluno e do funcionário | 15 |
| Redação de ofícios, requerimentos e correspondências oficiais | 20 |
| Noções de protocolo e arquivo: atas de conselho de classe, atas de resultados finais e outros..... | 32 |
| Modos de registrar: normas gerais de organização, escrituração e procedimentos, comuns e especiais | 40 |
| Eventos escolares objeto de registro: matrícula e transferência..... | 45 |
| Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno, externo e colegas de trabalho | 50 |
| Relações interpessoais | 58 |
| Ética no serviço público..... | 59 |
| Constituição federal: educação (artigos 205 a 214)..... | 63 |
| Leis e diretrizes e base da educação nacional (Idben - lei n.º 9394/1996) | 69 |
| Noções de windows 10 ou superior. conhecimento e organização de arquivos (pastas/diretórios)..... | 102 |
| Noções de office 2016 ou superior | 113 |
| Conhecimentos de internet e intranet; navegação segura; navegadores | 118 |
| Conhecimentos de correio eletrônico (webmail) | 123 |
| Noções de cópias de segurança (backup) | 126 |
| Noções básicas de armazenamento de dados. – na sua instalação padrão, no idioma português-brasil | 128 |
| Questões | 130 |
| Gabarito | 137 |

SUMÁRIO



Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."



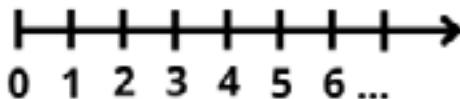
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (\mathbb{N})

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto.

3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto “ . ”, para indicar a multiplicação.



Conhecimentos Específicos

O Censo Escolar é a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, representando um levantamento minucioso que abrange desde as escolas públicas e privadas até os alunos, docentes e recursos disponíveis. Realizado anualmente, esse processo é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Trata-se da mais completa fonte de dados sobre a realidade educacional do país, servindo como base para a formulação de políticas públicas, a definição de investimentos e a elaboração de programas educacionais.

A importância do Censo Escolar reside na sua capacidade de fornecer uma visão detalhada da estrutura e das condições do sistema educacional brasileiro. Ele oferece informações essenciais sobre matrícula, fluxo escolar, infraestrutura, transporte escolar, alimentação, além do perfil dos profissionais da educação, entre outros aspectos. Esses dados são fundamentais para que os gestores públicos, pesquisadores e a sociedade em geral possam entender a realidade das escolas, identificar deficiências e oportunidades de melhoria, e, assim, promover uma educação de qualidade para todos.

Além disso, o Censo Escolar não é apenas um processo burocrático de coleta de dados; ele é um instrumento estratégico que orienta decisões governamentais em todos os níveis. Por exemplo, a alocação de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a distribuição de materiais e uniformes escolares dependem diretamente das informações fornecidas por esse censo. Dessa forma, ele exerce um papel crucial na gestão eficiente e no planejamento das ações educacionais.

HISTÓRICO DO CENSO ESCOLAR NO BRASIL

O Censo Escolar tem uma trajetória que remonta a várias décadas, consolidando-se como um dos principais instrumentos para o planejamento e a gestão da educação no Brasil. Sua origem está ligada à necessidade de compreender a realidade educacional do país e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas que garantam uma educação de qualidade e acessível para todos os cidadãos.

A primeira iniciativa de levantamento de dados educacionais ocorreu em 1931, durante o governo de Getúlio Vargas, quando foram realizados esforços para organizar informações sobre as escolas e o sistema educacional como um todo. No entanto, essas primeiras tentativas eram limitadas em alcance e sofriam com a falta de estrutura para coletar e consolidar os dados de maneira sistemática.

Foi apenas a partir de 1967 que o Censo Escolar ganhou mais regularidade e formalidade, com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A partir desse momento, o Inep passou a coordenar a coleta de dados sobre o sistema educacional brasileiro, tornando o Censo Escolar uma atividade mais organizada e abrangente. Na década de 1970, com o desenvolvimento de novas tecnologias e a modernização dos processos de coleta de dados, o Censo Escolar começou a abranger um maior número de escolas, professores e alunos, tornando-se uma fonte de informações mais confiável e detalhada.

O marco decisivo para a estruturação do Censo Escolar, como conhecemos atualmente, ocorreu em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996). A LDB estabeleceu a obrigatoriedade do Censo Escolar, definindo que a coleta de dados deveria ser realizada anualmente em todas as escolas de educação básica do país. A partir daí, o Censo passou a ser a principal referência para o monitoramento e a avaliação das políticas educacionais no Brasil, ganhando maior abrangência e rigor metodológico.

Outro ponto importante na história do Censo Escolar foi a criação do Sistema Educacenso, em 2007, uma plataforma online que permitiu a digitalização e a atualização em tempo real das informações coletadas. Esse avanço tecnológico possibilitou maior eficiência, agilidade e precisão no processo de coleta e análise dos dados, reduzindo significativamente os erros e as inconsistências que ocorriam nas formas de coleta anteriores, que eram realizadas em papel.